



ISSN: 2595-5713
Vol. 04 | Nº. 7 | Ano 2021

“O MUNDO SE DESPEDAÇA”: DIÁLOGO TEÓRICO E LITERÁRIO SOBRE O COLONIALISMO EM ÁFRICA

“THINGS FALL APART”: THEORETICAL AND LITERARY
DIALOGUE ON COLONIALISM IN AFRICA

RESUMO: Este trabalho objetiva discutir questões das dinâmicas do universo colonial, partindo da obra “O mundo se despedaça” de Chinua Achebe. Na transversalidade sobre um tema em comum, colonialismo, serão analisadas as correspondências entre a construção desta narrativa literária e produções acadêmicas que circunscrevem debates sobre o contexto em questão. Pelas camadas do discurso literário de Achebe, de encontro a um aporte teórico, pretendeu-se expor distintos aspectos da experiência colonial que emergiram desta zona de contato. Foram selecionados alguns elementos que transbordam especificidades do universo representado, ao ponto que permitem construir uma conexão com eventos históricos, forjados como objetos de interesse de diferentes análises.

PALAVRAS-CHAVE: Colonialismo; Literatura; Teoria

Núbia Aguilar

ABSTRACT: This paper aims to discuss issues of the dynamics of the colonial universe, based on the work "Things Fall Apart" by Chinua Achebe. In the transversality about a common theme, colonialism, the correspondences between the construction of this literary narrative and academic productions that circumscribe debates about the context in question will be analyzed. Through the layers of Achebe's literary discourse, against a theoretical background, the intention was to expose different aspects of the colonial experience that emerged from this contact zone. Some elements that overflow specificities of the represented universe were selected, to the point that they allow the construction of a connection with historical events, forged as objects of interest for different analyses.

KEY WORDS: Colonialism; Literature; Theory

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre Ant3nio Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

“O MUNDO SE DESPEDAÇA”: DIÁLOGO TEÓRICO E LITERÁRIO SOBRE O COLONIALISMO EM ÁFRICA

Núbia Aguilar¹

Chimamanda Adichie conta que em suas primeiras histórias os personagens que criava eram “brancos de olhos azuis, brincavam na neve, comiam maçãs e falavam muito sobre o tempo e sobre como era bom o sol ter saído”. Na mesma fala, relembra a representação que construiu sobre Fide, um menino que trabalhava em sua casa, e sobre o qual pensava ser muito pobre. Chimamanda vivia na Nigéria, mais especificamente em um campus universitário ao leste, e em próprio destaque, teve contato com pessoas que por fenótipo e cultura estavam a passos distantes dos personagens sobre qual lia, e conseqüentemente replicava. Fide, adjetivado em seu pensamento e fala, também não compunha exatamente o lugar em que ela o colocou. Além de enclausurá-lo a uma ideia, Fide tinha um irmão, construtor de “um cesto de palha pintado com uns desenhos lindos”, indo além do lugar da suposta pobreza que ocupava (ADICHIE, 2019).

A constituição desse relato, contendo referências múltiplas, cruza em um ponto comum: o forjamento de narrativas. Dela tira-se a capacidade de concretizar a percepção tomada sobre algo, ou alguém. Por meio dela se traduz pensamentos, na tentativa de moldar a experiência humana “em uma forma assimilável de estruturas de significado” (WHITE, 1980). Surge desse movimento organizacional, que se manifestou de forma intensa na sociedade europeia do século XIX, o colonialismo. Identificado pela própria dificuldade de rastreamento de uma única característica que dê conta de explicar a movimentação que levou diferentes indivíduos, e o engajamento político de uma época, a penetrarem de forma violenta no continente africano (FAGE, 1995, p. 335 - 365), tem-se na narrativa uma forma expressiva das áreas que colocavam o poder em constante disputa.

Com a criação de visões de mundo, a potencialidade do discurso se reverberou na disposição de construir representações. Retomando o desencadeamento proposto por Chimamanda, reprodutora do que leu, o percalço fundamentado nestas visões se dá pelo perigo da construção de únicas histórias. Podendo obliterar outras informações dispostas na realidade, as narrativas únicas reduzem, essencializam e tornam acessíveis estereótipos que podem ser facilmente reproduzidos, como a própria autora relata “mostre um povo uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna” (CHIMAMANDA, 2019).

A análise da obra “O mundo se despedaça” parte da tentativa de refletir sobre temáticas interseccionadas por discussões teóricas que possuem como centro o colonialismo. Este recorte

¹ Núbia Aguilar. Mestra em História pelo PPGH/UNIRIO; Doutoranda em História Social pelo PPGH da USP. nubiaaguilar@gmail.com

visa entrelaçar literatura e teoria, elementos sensíveis para a construção de uma análise histórica. Umberto Eco salienta que a literatura mantém a língua como patrimônio coletivo, sustentando crenças, valores e, de modo geral, visões de mundo de uma sociedade que sob a ótica colonial via-se constantemente ameaçadas, expostas a uma tentativa imperial de supressão (ECO, 2010, p.10).

A importância da produção de Chinua Achebe possui limites difíceis de mensurar, mas entre muitos dos papéis que a mesma cumpre, vale destacar a proximidade aos modos de vidas e sociabilidades de povos que possuem perspectivas diferentes daquelas que navegavam em um rio no Congo, tão expressas na visão imaginária (e de mundo) de Conrad (2002). Filho de seu tempo, Achebe foi escritor expoente em um momento de reivindicação das histórias e demais produções que existiam no continente africano e foram camufladas pelo discurso colonial.

Propomos pensar o colonialismo como um sistema operante de questões ideológicas. Sua coordenação contou com a construção de imaginários, que reduziam povos e culturas- de modo impactante um continente- a um lugar estático dentro de um preceito de civilização rudimentar e excludente. Do esforço orquestrado em criar arquétipos, que pode ser entendido como uma continuidade de visões já manifestas em outros momentos, insurgiu um movimento, a formatação de um projeto estratégico que visou se apropriar não apenas de territórios físicos, mas alcançou culturas e o campo simbólico.

Estratégias coordenadas pelo novo contato

Entre os ibos, a arte da conversação é tida em alto conceito, e os provérbios são o azeite de dendê com o qual as palavras são engolidas (ACHEBE, 2009, p. 27).

O colonialismo colocou diferentes realidades em contato, estimulando novas experiências que emergiram em distintas áreas. Em parte, neste quadro em que se segue os acontecimentos passados na região de Umuófia, uma aldeia “temida”, “poderosa na guerra e na magia”. Nesta terra, vivia Okonkwo, personagem que dá a sustância para o desenvolvimento da narrativa, “um homem alto, grandalhão, a quem as sobranceiras espessas e o nariz largo davam um ar extremamente severo. (...) Agricultor abastado, (...), acabava de desposar a terceira mulher” (ACHEBE, 2009, p. 24 - 28). Os acontecimentos que giram em torno do personagem, estimulam a criação de um ambiente, um lugar em que os fatos se materializam, entrelaçados com a construção de um indivíduo que evidencia desejos, pensamentos e vontades; suas limitações, orientação moral e experiências transcorridas imbricadas na tessitura de significados culturais de um grupo social (GEERTZ, p. 4, 2008).

Através da narrativa damos passos em direção a um sistema de valores que fizeram parte da vida de um grupo, revestidos em personagens e ambientes. A construção da obra orienta-se

pelos referenciais do autor, que credita nas palavras signos acolhidos em sua formação, concomitantemente às expressões que estiveram presentes nas camadas sociais em que se inseriu. Desta maneira, a narrativa é portadora de características sociais, trazendo elementos que foram selecionados para a construção do enredo (GINZBURG, 2004).

No ambiente rural, em que ocorrem os eventos narrados, a plantação era uma das bases do sucesso, o inhame era valioso, um bom cultivo era chave para a construção do patrimônio. Chimaj Korieh (2007) frisa que o inhame possui lugar de destaque dentro dos grupos sociais ibos, não apenas como uma base importante da alimentação, mas o seu cultivo, colheita e manuseio faz parte da cosmovisão desses povos, ocupando um lugar primário dentro do sistema de crenças e valores. Esse aspecto aparece ao longo da história, como exemplo “A festa do Novo Inhame”, um momento de agradecer a deusa da terra pela fertilidade. O mundo terreno estava estritamente ligado à visão religiosa; os personagens respeitam as vontades dos deuses, e se desrespeitarem são castigados, como quando Okonkwo violou a semana da paz, agredindo uma de suas esposas (ACHEBE, 2009, p. 50).

Nos primeiros capítulos a proposta se estende sobre como a comunidade se organizava. Podemos observar a distribuição e construção dos personagens: as pessoas idosas ocupavam um espaço diferente dos mais novos. Dentro das relações, homens e mulheres assumiram papéis distintos. As esposas e mães aparecem resignadas em seus relacionamentos, sem muitas opções de escolha. Okonkwo lamenta por sua filha não ser do sexo masculino (ACHEBE, 2009, p. 83), o que sugere uma preferência, e possível valorização para o sexo masculino. O personagem também expõe em momentos um comportamento violento nos relacionamentos com suas três esposas. Mas, ainda que a narrativa apresente um enredo em que os homens sejam privilegiados em parte das relações, as mulheres, como esposas e mães são fundamentais para nutrir essa organização social, o que abre espaços para críticas sob uma visão de reprodução social (BHATTACHARYA, 2013). Na narrativa as mulheres ficam encarregadas da manutenção do ambiente familiar, o que para aquela sociedade era estritamente importante: conceber e formar novos membros das famílias e comunidade.

Como centro de poder, a comunidade possui papel preponderante entre o ambiente público e privado. Através dela, são criados os movimentos realizados pelos personagens, numa relação de estreita dependência entre aprovação e reprovação das ações dos indivíduos. Devido a isto, o comportamento do pai de Okonkwo é algo que gera um desconforto pessoal, mas que se origina através da relação que estabelece com os outros, uma vez que seu pai se distanciou dos valores que seriam honrosos para o grupo.

Os valores da terra são transpostos na conexão com a religiosidade, mantendo diálogo constante com os espíritos que se orientam no mundo em que se inserem. As maneiras que

vivenciam seus cotidianos, possuem conexão com o mundo espiritual que está presente nas tomadas de decisões da comunidade, participando de cerimônias em que desenvolviam rituais de julgamento. Isso ressoa de forma decisiva no percurso do personagem principal, ao cometer um crime. Como segue a narrativa:

“Para Okonkwo só havia uma opção: fugir do clã, pois matar um de seus membros era um crime contra a deusa da terra, e aquele que o cometesse via-se obrigado a abandonar a região. O que Okonkwo cometera era feminino, porque fora por acaso. Por isso, passados sete anos, ele poderia retornar ao clã” (ACHEBE, 2009, 143).

As análises sobre a representação do povo ibo nesta literatura, ganhou atenção de diferentes debates. Christopher Anyokwu (2011) faz reflexão sobre a construção de personagens femininos ao longo do enredo. A representação do feminino aparece de muitas maneiras, desde a posição ocupada pelas mulheres na sociedade, até a organização do campo simbólico que possui orientações guiadas por valores de gênero até na relação com a religiosidade. Como exemplificado, a demarcação de gênero também aparece na categorização do crime cometido, uma proposta importante para compreensão das formas de articulação do que deveria pertencer ao campo masculino e feminino. Seguindo o desenrolar do acontecimento, homens, representando a deusa da terra, foram fazer justiça, destruindo os pertences criados por Okonkwo. Ele, e sua família, já haviam mudado para outra aldeia.

Se hoje, com uma lente direcionada para o passado, que parte do conhecimento de diferentes atribuições e construções, os acontecimentos adquirem uma nota de eventos com início, meio e fim, é preciso lembrar que no momento do acontecimento os horizontes de expectativas dos agentes históricos eram bem menos delimitados. Tangente a este ponto, fica a visão de Okonkwo na literatura. Em exílio, tinha por plano regressar ao território natal, que passava por mudanças e ainda que geograficamente pudesse partilhar da mesma localização, a utilização e significação do espaço se reestruturou consoante a nova ordem que se estabeleceu.

O caminhar dos capítulos traz expectativas, o simulacro de Okonkwo sobre o lugar para qual gostaria de retornar e o aguardo do leitor sobre o que poderia acontecer. Esse ponto da escrita de Achebe nos põe a pensar sobre o próprio passado. Perder essa reflexão é potencializar o risco de cair no campo anacrônico e deixar despercebido elementos que ajudam no diálogo com eventos transcorridos. O ineditismo dos acontecimentos fazia parte do cotidiano dos indivíduos, que buscavam reagir seguindo diferentes caminhos nas aberturas que o contato com o colonialismo acarretava. O avanço colonial, que chegava em diferentes áreas, levava consigo demandas e questões que encontravam reações diversas. Por isso, tomar nota, quando possível, dessa mobilidade paulatina, considerando que em muitas regiões ela não era esperada por

africanas e africanos, bem como em regiões que já trabalhavam com a ideia dessas mudanças, é parte do entendimento de como o colonialismo foi um movimento que afetou diferentes esferas, precisando erguer uma estrutura para sua autopreservação e sobrevivência, que não existia em muitos lugares. Em alguns espaços, poderia ocorrer o movimento de apropriação de estruturas preexistentes, o que também gerou uma gama de reações distintas.

Encontros: Narrativas e debates sobre o colonialismo

A estrutura processual dos eventos narrativos criada por Achebe expõe de modo linear os acontecimentos, o que propicia ao leitor uma apresentação didática das mudanças ocorridas. O colonialismo é sinalizado pela presença de missionários, que logo buscam construir uma igreja e ressignificar espaços, de modo a introduzir novas visões de mundo, rompendo com crenças ou estabelecendo vínculos, de modo a conquistar a adesão popular para seguir a nova religião. Intrínseco a este papel religioso, ocorria a intensificação da disseminação de valores coloniais, que tinham por objetivo introduzir os povos africanos às lógicas e sistemas “europeus”, algo que é bem explicado no livro de Achebe: primeiro construíram a igreja, depois fez-se o convite para a população local frequentá-la, “de sete em sete dias, adorar o verdadeiro Deus” (ACHEBE, 2009, p. 171).

A importância dos missionários no processo de colonização é debatida por John Fage, que pontua três recursos amplamente explorados no desenvolvimento da expansão colonial: comerciantes, navegadores e missionários (FAGE, 1995, p. 478). A presença dos missionários torna-se marcante no transcorrer dos acontecimentos localizados na “Segunda Parte” do livro, ela é a representação do colonialismo naquela região, nela concentram-se a baliza de poder e operação que conquista espaços de influência, ao mesmo tempo que coopta pessoas para dar prosseguimento para a formação de profissionais, para fazer, possivelmente, parte do maquinário administrativo. Em paralelo ao tema, Ivana Muscalu (2017) demonstra em seu trabalho a importância assumida pelos missionários não só como articuladores da propagação de elementos da cultura do colonizador, mas deixa evidente a participação dos mesmos na colaboração com um sistema de informação que se construía sobre áreas desconhecidas pelos europeus, tornando dinâmico um sistema descritivo sobre as regiões em África.

O enfrentamento de Okonkwo às mudanças que surgem, se dá primeiramente de um modo interno, quando seu filho opta por seguir os regimentos da nova religião no lugar das regras tradicionais. Essa quebra é a primeira fresta que se abre em Okonkwo, demonstrando o novo lugar que surgia dentro de uma visão de mundo guiado pela tradição, como *éthos* não questionado e seguido, regendo a vida da população que ali vivia. O filho que se desprende deste

vínculo comunitário torna-se reprovado pelo pai, que não aceita esta postura, mas já sente as alterações que estavam ocorrendo em um mundo que linearmente, na narrativa, despedaçava.

A apresentação da construção da instauração do colonialismo, proposta abordada em “O mundo se despedaça”, pode ser contrastada com os debates teóricos em torno do colonialismo. A narrativa traz um enredo em torno de mudanças que abarcam experiências e apresenta uma camada sobre a sensibilidade e perspectivas que os personagens constroem, visão que não se desloca das próprias referências de algum modo partilhadas por Achebe enquanto sujeito histórico. Ao correlacionar esta literatura com estudos acadêmicos sobre o tema é possível entrelaçar diferentes pontos, que nos auxiliam na compreensão da dinamicidade que se desenvolveu em realidades que passaram por este processo, bem como as demandas criadas durante as diferentes escritas que buscaram abordá-las.

O debate teórico a respeito das realidades coloniais, e a própria construção do colonialismo perde-se de vista diante do número de produções nas últimas décadas. Destacamos algumas reflexões que ajudam a compreender e historicizar essa produção, assim como ressaltar alguns questionamentos que ainda ganham espaços em diferentes debates. A permanência de algumas questões referente a este passado sugere que a temática abordada em Achebe é uma fissura que, mesmo não estando tão aberta como à época em que o livro foi escrito, deixa no presente suas marcas.

Frederick Cooper, em “Conflito e Conexão”, analisa a contribuição dos “Estudos Subalternos” para pensar as realidades do continente africano e as produções que utilizaram o conceito de resistência em diferentes momentos em estudos sobre o colonialismo. Os “Estudos Subalternos” laçam uma crítica contundente a produções enviesadas pelo discurso nacionalista na Índia, que partilhava da ideia de controle dos Estados coloniais. A narrativa que versa sobre os grupos considerados como “subalternos” traria outros aspectos da vida dos sujeitos históricos e permitiria construir narrativas que não estivessem à serviços partidários na esfera política. Esta abordagem serviu para se pensar em situações semelhantes no continente africano, que como destaca o autor: “A crítica dos Estudos Subalternos ao modo como o Estado nacionalista adota o projeto de controle do Estado colonial agrada a africanos e africanistas, decepcionados com o Estado pós-independência” (COOPER, 2016. p. 77).

Uma análise que partisse de uma visão crítica e não essencialista deveria também ser pedra angular para a aplicabilidade do conceito de resistência, tão importante para as produções sobre a História da África. O uso do conceito em diferentes momentos pode acarretar o risco da feitura de análises dicotômicas, reduzindo realidades coloniais entre colonizadores e colonizados. Tal postura deixa escapar importantes dimensões que fizeram parte da vida dos indivíduos circunscritos nesses contatos, construindo estudos que “reduziram as experiências multifacetadas

das populações coloniais”. Cooper não inviabiliza o uso do conceito de resistência para análise das situações emergentes dos contatos entre colonizadores e colonizados, mas a tentativa do autor é demonstrar como os dualismos, por si só, também colaboram para uma escrita reducionista, que desconsidera interesses de diferentes sujeitos históricos, podendo “simplificar vidas complexas”.

O uso do conceito de resistência, como ressalta o autor, compõe a escrita da História da África. Mas, atrelado aos movimentos de libertação que eclodiram no continente africano, intensos ao longo da década de 1950, a investida em um passado que desse liga a povos, localizados na composição de países recém constituídos, por vezes encontrou no discurso de resistência um lugar comum. Principal fruto da época da escrita dessa narrativa, o uso dado, desta forma, ao conceito e aos movimentos desencadeados dentro deste quadro, gerou histórias tendenciosas ligadas a uma preocupação política dos recém-criados Estados Nacionais (COOPER, 2016, p.78).

A construção de uma produção enviesada, dando ensejo a uma “metanarrativa”, foi duramente questionada por historiadores que passaram a analisar esses acontecimentos por diferentes ângulos. Parte destas análises focalizaram na participação masculina destes movimentos, ressaltando o “heroísmo másculo” (COOPER, 2016, p. 84). A história das mulheres nestes acontecimentos, vieram a *posteriori*, o que pode ser lido dentro de uma renovação da ciência histórica como um todo. A análise sobre gênero, não só durante o período colonial, mas dentro das organizações políticas, econômicas e sociais das sociedades africanas, ajudou a compreender a densidade de diferentes processos, bem como orientou a integração na escrita, sobre estas sociedades. Com a organização dessas realidades, em que as mulheres ocupavam diferentes espaços quando comparadas aos homens, tem-se como atividade primária não interpretar essas questões como dadas, seguindo modelos de organizações já conhecidas, mas descortinar o sistema de valores inscritos nestas relações.

Sobre este aspecto é interessante nos aproximarmos de uma discussão realizada por Steven Feierman sobre a vida de Narwimba, durante a década de 1880 e 1890, perto da fronteira das atuais Tanzânia e Zâmbia. Narwimba passou, em vários momentos, por mudanças pessoais e acompanhou a instauração do governo colonial. Com a perda do esposo ela começou a viver em uma situação de insegurança, pois a figura masculina, em certos aspectos naquela sociedade, garantia alguma proteção. Na iminência de ser capturada e vendida na condição de escrava, recorreu a estratégias para se manter em liberdade. A busca por um esposo apresentava-se dentro de um dos caminhos possíveis para se resguardar. A recorrência a um casamento ou as situações de fuga articuladas por Narwimba – no caso com sua neta, por vir de uma relação em que a mãe não recebeu o dote e ela ficava como pertencente a casa do chefe – demonstram as tomadas de

decisões, diante das zonas limítrofes de possibilidade, dentro do campo social em que ela se inseria. Uma primeira leitura sobre os fatos sugere relações endurecidas de poder, que colocava hierarquias de gênero difíceis de serem transpostas. Ainda que esta hierarquia e relação de poder exista, há outras camadas, dentro dos horizontes de possibilidades sobre os quais, enquanto sujeito, Narwimba buscou atuar, coordenando do jeito que lhe foi possível sua própria história, e não foi apenas fruto das situações violentas sobre as quais passou (FEIERMAN, 1993).

Preocupações que tomaram diferentes caminhos para construção da escrita da História da África possuem um terreno de inserção, como destaca Feierman. O autor demonstra em seu trabalho um panorama que ajuda na compreensão desse movimento, inserindo a escrita da História da África dentro de um contexto amplo, que entrelaça ações políticas e intelectuais ao tempo do desenvolvimento das lutas de independência. Ganha espaço a relação com a própria ampliação dos debates no campo historiográfico, que desde a década de 1920, contando com a escola dos *Annales*, já ocorria uma renovação no tratamento de temas; ação que teve maior impulso na década de 1960, com a manifestação de produções preocupadas com a considerada “história vista de baixo”, atingindo com força no tratamento das fontes e abordagens de assuntos que haviam até então recebido pouca atenção. Toma nota os novos caminhos seguidos para a construção dessa escrita, como um movimento de ruptura com os paradigmas do “imperialismo ontológico” (YOUNG, 1990, p.13 apud FEIERMAN, 1993).

Ao despertar com mais força interesses sobre dúvidas do que as certezas, essas revisões mesmo não encontrando sólidas respostas às problematizações construídas, ajudaram a orientar um senso de alteridade, fomentando um exercício contínuo de questionar quais temas, sujeitos e narrativas são excluídos do espaço de construção do conhecimento. A considerada “história universal”, segundo Feierman, demonstrou cada vez mais seu caráter excludente, tendencioso e particular. Se as fontes trazem silêncios, então é necessário trabalhar com novas possibilidades, visto que os modelos ditos europeus de produção de conhecimento nem sempre são reproduzíveis. Outro fator que corrobora para essa rachadura em antigos preceitos é o crescimento de um público heterogêneo na academia, no caso, a presença de mulheres, africanos, e indivíduos que portavam referências múltiplas, contribuindo para a elaboração de novos olhares e problemáticas (FEIERMAN, 1993).

Um movimento intelectual realizado de maneira crítica sobre as narrativas que abordavam de maneira enviesada, e tingida de estereótipos, se deu com a escrita dos volumes da coleção História Geral da África (PAIVA, 2017). Fruto de seminários realizados na década de 1960, o material contou com diversos pesquisadores que se debruçaram em assuntos, regiões e períodos históricos distintos sobre o continente. Na apresentação do projeto, Joseph Ki-Zerbo já

demarca um posicionamento político “A África tem uma história”, afirmava em contramão à visão canalizada na informação de que o continente africano não a tinha.

Os contornos traçados para a constituição da estrutura colonial recorreram a diferentes ferramentas. Predispondo amplamente das potencialidades discursivas, seja através da escrita ou da linguagem imagética, o discurso de superioridade tornou-se constructo de uma consciência pública espalhada em diferentes espaços. A operacionalização ideológica que penetrou nas redes de sociabilidades contou com a formulação e publicização de relatos exagerados, e por vezes fantasiosas de como eram as regiões do além-mar. John Fage (1995, p. 376) assinala o fascínio desenvolvido na metrópole diante de casos de exploradores que alcançaram sucesso. A escrita, neste contexto, foi umas das primeiras armas utilizadas para usurpar histórias e criar o que seria a África e os povos que nela habitavam. Livingstone, em carta de 1867, relata seus percursos, o encontro com “árabes negros mercadores de escravos” e, ao seu modo, dava formas a locais da atual região da Zâmbia (LIVINGSTONE, 1867).

David Ribeiro recorre ao constructo deste imaginário colonial, salientando a importância das exposições humanas no projeto de endossar os pilares da diferença, exotismo, e propagação do ideal civilizador. Estas exposições foram uma forma de demonstrar para os povos metropolitanos o sumo da diferença, dentro das organizações de vida, imprimidas nas formas de se apresentar e selecionar seus referenciais. Aclamando a ideia de “pedagogia colonial”, as manifestações engendradas no colonialismo possuíram por alicerces o ensinamento dos povos metropolitanos em torno de proposições ideológicas sobre indivíduos que foram constituídos, pelo âmago da diferença (RIBEIRO, 2021).

A exploração desta narrativa exibicionista, animalizando indivíduos, contribuindo para o espetáculo e a formação de um capital, foi artifício corrente. O caso de Sarah Baartman - possivelmente dentro de muitos outros como a Ella Williams, exibida devido sua estatura como Abomah, (KOUTSOUKOS, 2020, p.76) ou Rosita (VICENTE, 2013) – é demonstrativo dessa violência do espetáculo e exotismo. Atenuante a este movimento torna-se a demarcação da violência de gênero que se instaurou nas relações coloniais. As exposições que levavam africanos para Europa, explanando corpos, como um atestado vivo do que existe e para onde (ou o quê) investimentos europeus se voltavam, exploravam os campos da sexualidade em que homens e mulheres foram interpretados e colocados em categorias diferenciadas.

Yolande Daniels sublinha alguns pontos interessantes para pensarmos nessa relação vertical que cria a categoria feminino. O pilar inicial é a construção. A não naturalização do mundo como forma percebida e sentida, mas os alicerces de significados que são forjados, subsidiárias para a construção de relações e experiências. Sobre esse quesito há de se considerar o despojamento dos construtos. Faculdade ensaiada nas dimensões simbólicas das diferentes

possibilidades sobre o estabelecimento do conhecimento, essa construção foi partícipe de despojar a construção que aquele que era considerado como o outro construiu sobre si e o mundo. Daí, não há equilíbrio de forças, mas de uma maneira desigual, sobreposição do que é e o que deveria ser, fortalecendo anseios e atitudes catastróficas deste contato. A extensão deste constructo foi aderida a corpos negros, e em ênfase dada pela autora, sobre mulheres negras. O espaço do corpo físico entrelaça a dimensão psicológica, "sendo instrumental para a ordem simbólica e discursiva", e nesse contexto colonial, passou-se a se estabelecer; "surgiu o padrão de um corpo negro como instrumento, ditado como um corpo negro como agência" (DANIELS, 2010, p. 62).

Assim, foi em uma proposta laboral de definir a si e o outro que as malhas ideológicas do colonialismo foram sendo construídas. Recorrendo a recursos que tangenciam desde áreas do conhecimento científico, até os espaços de entretenimento, imprimiam no cotidiano quem era o sujeito colonizado e a suposta missão civilizadora. A representação, difundida nas metrópoles e nas colônias, penetrava nos ambientes públicos e privados portando os ideais de colonização. Anne McClintock salienta que o mercado competitivo, sobretudo com Alemanha e Estados Unidos da América, empurrou os britânicos a investirem em campanhas de publicidade de seus produtos. Em 1884, mesmo ano em que ocorreram as Conferências de Berlim, foi lançado sabão com marca corporativa, quando anteriormente este produto era apenas vendido sob a forma de barras. Caso atrativo para entendermos essa relação da formação da mentalidade colonial, a estratégia de vender sabão surge com propaganda e a conexão desse movimento com as ideias coloniais, como uma estratégia que não demorou a atingir outros produtos do mercado. Em uma metáfora, o sabão faria uma purificação social entre o sujeito do trabalho e dos grupos sociais, cultivando assim os crivos da distinção. Ainda, segundo McClintock:

Na propaganda, o eixo da posse se desloca para o eixo do espetáculo. A principal contribuição da propaganda para a cultura da modernidade foi a descoberta de que, manipulando o espaço semiótico em torno da mercadoria, o inconsciente de um espaço público podia também ser manipulado. (...). O desenvolvimento da tecnologia do cartaz e da impressão tornou possível a reprodução em massa de tal espaço em torno da imagem de uma mercadoria. Na propaganda, aquilo que é rejeitado pela racionalidade industrial (ambivalência, sensualidade, azar, causalidade imprevisível, tempo múltiplo) é projetado no espaço da imagem como repositório do proibido. A propaganda se funda em fluxos subterrâneos de desejo e tabu, manipulando o investimento do dinheiro excedente (MCCLINTOCK, 2010, p. 315-316).

A respeito desta codificação, partindo da identidade da diferença para a construção dos não europeus, Achille Mbembe traz uma importante reflexão sobre a ideia que perpassa a composição do indivíduo enquanto ser negro. A criação da ideologia que concede substância a raça, enquanto conceito, faz este movimento através da elaboração de identidade que se dá pela exclusão. A concepção do outro, do negro, enquanto diferente, é a base da autopercepção do

Europeu, enquanto define a si mesmo no mundo. Deste modo, forjar o negro é uma atividade que qualifica elementos que não englobam quem a constrói, mas se dá pelo estabelecimento do reconhecimento do desejo sobre o outro e, neste caso, o conseqüente processo de negação. A partir de um “cariz biológico”, fizeram do “negro e da raça uma loucura codificada” (MBEMBE, 2018).

Raça passa a construir, deste modo, uma estrutura do imaginário, “habitando as aparências que lhe são designadas”, e se a “África tem um corpo e se é um corpo, um isto, é o negro que o confere a ela”. As implicações da desenvoltura de um sujeito racializado foram diversas, e incorporadas aos discursos científicos desenvolvidos ao longo do século XIX:

Na ordem colonial, a raça operava como princípio do corpo político, permitindo classificar os seres humanos em categorias distintas, supostamente dotadas de características físicas e mentais próprias. A burocracia emergiu a partir daí com um dispositivo de dominação, enquanto a rede que ligava a morte e os negócios operava como matriz essencial do poder. A força passou a ser lei, e a lei passou a ter por conteúdo força. (MBEMBE, 2018, p. 109).

Estas discussões demonstram como o colonialismo atingiu diferentes esferas. Distante de ocupar apenas uma instância política, foi um movimento que envolveu as mentalidades, tornando possível refletir sobre as camadas geradas dos discursos que sustentaram este projeto enquanto ideologia. Tema complexo, as relações entre pensamento e ação desembocaram em experiências múltiplas que envolveram tanto colonizadores quanto os considerados colonizados. Desta dinâmica, fica visível a ausência de um único modelo ou expressão que unifique as vivências que emergiram dos diferentes contatos. Cada realidade requer um cuidado e relação com o contexto, para a feitura de narrativas inclusivas que converse, de forma mais próxima, com o passado transcorrido.

Considerações Finais

A obra de Chinua Achebe foi dividida em dois momentos. No primeiro deles o autor constrói a organização social, localizada em uma aldeia, contando com o sistema de valores de um grupo e o desenvolvimento de acontecimentos que exemplificam a disposição dessa cultura. A segunda parte, como já sugere a divisão, traz uma ruptura. Uma quebra que se desenvolveu através da interferência externa inaugurando o colonialismo na região. Seguindo esta disposição dialógica, a visão de Achebe torna-se uma oportunidade de apresentar, como o próprio nome do livro sugere “*Things fall apart*”, ou na versão traduzida para o português “O mundo se despedaça” a desestruturação que se iniciou a partir desse novo contato. Algo que se rompe dentro de um indivíduo – Okonkwo- que era também fruto indissociável da comunidade.

Conceição Evaristo enfatiza que escrever é um ato político (EVARISTO, 2017). Enquanto política muitos caminhos podem ser tomados ao ler Chinua Achebe. Algumas questões são elucidadas, parte de um movimento diligente, outras surgirão. Como uma porta aberta, a narrativa do autor circula informações, ocupa espaços e sugere reflexões que se distanciam de uma visão opaca sobre a vida de sujeitos históricos. Ao longo da análise tentamos demonstrar que a construção das representações e do cenário em que a narrativa transcorre, fica a percepção da expectativa criada pelos personagens durante a ocorrência dos fatos. Isso sugere que o colonialismo, para alguns, ou para muitos, não foi um fenômeno dado. Ao longo dos processos que se estenderam do final do século XIX e, sobretudo, a primeira metade do XX, foram necessárias atualizações e operações que dessem conta das diferentes realidades sociais. Da mesma maneira, há sempre de destacar que o movimento não foi uma intervenção aceita de forma passiva, mas mobilizou mulheres e homens que responderam a essas mudanças conforme seus interesses e expectativas.

Os debates teóricos sobre o tema orientam a discussão para uma compreensão contextualizada e com contraponto com outras realidades. Por esta perspectiva, é possível pensar em características gerais, a tempo que aflora particularidades de cada região. Na intersecção de obra e autor, a experiência de Chinua Achebe deixa referenciais na narrativa, que organiza uma visão de mundo, pensada, construída e passada para o público leitor, que aquece a vida da obra pelas interpretações criadas a cada leitura. Por sua característica densa em detalhes e construção de enredo, possivelmente, despertará outros questionamentos que se localizam no presente sobre o passado colonial.

Como Chimamanda Adichie bem coloca “ O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva” (ADICHIE, 2019, p. 23). Nativas, como “O mundo se despedaça”, assumem o importante lugar de arquitetar referências. A ação de construir um enredo que gera identificações, soma com a possibilidade de dialogar com lugares em comuns para pessoas e grupos. Emerge também um enfrentamento à narrativa colonial, que endossou um espaço pequeno, estereotipado e embebido de preconceitos, reafirmando a apresentação de formas de vidas que foram negligenciadas e até mesmo usurpadas pela escrita que se referia a esses povos apenas como colonizados. Tal paradigma levou a um movimento de reflexão, que perpassa uma atuação política potente, manifesta em diversos campos do conhecimento e expressão como foi a literatura.

Por outro lado, ao entender o colonialismo como um projeto ideológico, a escrita de Achebe contribui para o campo das representações ao sugerir interpretações que se distanciam das produzidas e tão difundidas no período colonial. Construir narrativas que colocam em primeiro plano elementos culturais, partindo de um olhar que traz outras referências, é um

movimento necessário para leitoras e leitores acessarem diferentes dimensões das experiências humanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANYOKWU, Christopher. Re-Imagining Gender in Chinua Achebe's "Things Fall Apart". **Interdisciplinary Literary Studies**, vol. 12, No. 2, p. 16-31, 2011.
- BHATTACHARYA, Tithi. "What is social reproduction theory?" **Socialist Worker**, set. 2013.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.
- CONRAD, Joseph. **O coração das trevas**. São Paulo: Iluminuras, 2002.
- COOPER, Frederick. **Histórias de África. Capitalismo, modernidade e globalização**. Lisboa: Edições 70, 2016.
- DIRKES, Nicholas (org.). **Colonialism and culture**. Michigan: University of Michigan Press, 1992.
- ECO, Umberto. **Sobre a Literatura**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- FAGE, J. **História da África**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.
- FEIERMAN, Steven. African histories and the dissolution of world history. In: BATES, R. H.; MUDIMBE, V. Y.; O'BARR, J. (editors). **Africa and the disciplines: the contributions of research in Africa to the Social Sciences and Humanities**. Chicago: University of Chicago Press, 1993, p.167-212.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. Tradição Viva. In: KI-ZERBO, Joseph (org). **História Geral da África, Vol. I – Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 167 – 212.
- ILIFFE, John. **Os Africanos - história dum continente**. Tradução, Lisboa, Terramar, 1999.
- KI-ZERBO, Joseph. **Para quando África?** Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.
- LIVINGSTONE, David. **Proceedings of the Royal Geographical Society of London, 1867 - 1868**, Vol. 12, No. 3 (1867 - 1868), p. 175-186.
- MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 23, n. 1, p. 171-209, 2001.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2ª. edição, 2018.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PAIVA, Felipe. **Indômita Babel: resistência colonialismo e a escrita da história da África**. Niterói: Eduff, 2017.

RANGER, Terencer. Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista. In: BOAHEN, Albert Adu (Org). **História Geral da África, vol. VII - África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 51 – 72.

RIBEIRO, David William. **Caminhadas indígenas, quilombolas e afro-diaspóricas: mobilizando as políticas culturais e a produção do conhecimento por narrativas plurais da História (1988-2020)**. 2021. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História Social.

SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

WHITE, Hayden. The Value of Narrativity in the Representation of Reality. *Critical Inquiry*, Autumn, Vol. 7, No. 1, **On Narrative**, p. 5-27,1980.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Dinâmicas históricas de um porto centro-africano: Ambriz e o Baixo Congo nos finais do tráfico atlântico de escravos (1840-1870). **Revista de História**, n. 172, p. 163-195, 2015.

Recebido em: 08/02/2021

Aprovado em: 14/05/2021